

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS –UFAL

CAMPUS ARAPIRACA

PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSO EM ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Neilde Pereira de Oliveira

DIREITO DE APRENDIZAGEM DO PROGRAMA NACIONAL PELA
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA(PNAIC): POSSIBILIDADES DE
ARTICULAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Arapiraca-Al

2015

NEILDE PEREIRA DE OLIVEIRA

DIREITO DE APRENDIZAGEM DO PROGRAMA NACIONAL PELA
ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA(PNAIC): POSSIBILIDADES DE
ARTICULAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao curso de pós-graduação lato senso em alfabetização e letramento da Universidade Federal de Alagoas–ufal *Campus* de Arapiraca, para obtenção de título de especialista. Orientadora: Prof^ª. Dra. Adriana Cavalcanti dos Santos.

Arapiraca-Al

2015

Neilde Pereira de Oliveira

Direito de aprendizagem do programa nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC):
possibilidades de articulação entre alfabetização e letramento

Artigo referente ao trabalho de conclusão do curso de especialização
em alfabetização e letramento da Universidade Federal de Alagoas-
UFAL *Campus Arapiraca*.

Data de aprovação: 22/08/2015

Banca examinadora

Adriana Cavalcanti dos Santos

Prof^ª.Dra. Adriana Cavalcanti dos Santos

Universidade Federal de Alagoas- UFAL

Campus A.C. Simões

Orientadora

Valéria Campos Cavalcante

Prof^ª. Mcs.. Valéria Campos Cavalcante

Universidade Federal de Alagoas- UFAL

Campus Penedo

Examinadora

Marta Maria Minervino dos Santos

Prof^ª .Mcs.. Marta Maria Minervino dos Santos

Universidade Federal de Alagoas- UFAL

Campus.Arapiraca

Examinadora

Resumo

Este artigo tem o objetivo analisar os direitos de aprendizagem do eixo leitura do programa Pacto Nacional Pela alfabetização na Idade Certa (PNAIC), buscando perceber se os referidos direitos orientam o professor alfabetizador para uma articulação entre alfabetização e letramento durante o ciclo de alfabetização das crianças de 6 a 8 anos. O PNAIC é um programa emergencial lançado pelo governo federal no ano de 2012 com o propósito de garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade. Durante o percurso metodológico realizamos uma pesquisa documental, cujo corpus consistiu nos cadernos do PNAIC (2012). Para fundamentar a análise tomamos como base autores que discute alfabetização e letramento, dentre eles: Lemle (2009); Tfouni(2010); Soares (2010); e, Carvalho (2004). Diante da análise realizada, é perceptível que aponta para a necessidade do desenvolvimento de práticas de leitura a partir do trabalho com diferentes gêneros. Assim, a perspectiva de ensino da leitura no ciclo de alfabetização deve consistir no contexto de se alfabetizar letrando.

Palavras chave: PNAIC. Alfabetização. Letramento.

ABSTRACT

This article aims to analyze the learning rights of reading axis of the National Pact program For literacy in Certain Age (PNAIC), seeking to understand whether those rights guide the teacher literacy for a link between literacy and literacy for children's literacy cycle 6 to 8 years. The PNAIC is an emergency program launched by the federal government in 2012 in order to ensure that all children are illiterate until the age of eight. During the methodological approach we conducted a documentary research whose corpus consisted of notebooks PNAIC (2012). To substantiate the analysis took as a basis authors discussing literacy and literacy, including: Lemle (2009); Tfouni (2010); Soares (2010); and Carvalho (2004). On the analysis performed, it is perceivable that points to the need to develop reading practices from working with different genres. Thus, the teaching of reading literacy perspective in the cycle should consist in the context of literacy letrando.

Keywords: PNAIC. Literacy. Literacy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: ALGUNS APONTAMENTOS	06
2.2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO	09
2.2 DIREITO DE APRENDIZAGEM INTERFACE COM ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	11
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo analisar os direitos de aprendizagem do eixo leitura propostos pelo Pacto Nacional Pela alfabetização na idade certa (PNAIC), buscando perceber se os referidos direitos orientam o professor para uma articulação entre alfabetização e letramento durante o ciclo de alfabetização das crianças entre 6 e 8 anos. A orientação para a articulação entre a alfabetização e o letramento está sendo uma das prioridades nacionais no contexto educacional. E, sobretudo, um dos pressupostos do referido pacto é alfabetizar todas as crianças das escolas públicas até os oito anos de idade. Nesse contexto, problematizamos: os direitos de aprendizagens de leitura orientam o professor para uma articulação entre a alfabetização e o letramento das crianças no ciclo de alfabetização?

O PNAIC é um programa emergencial lançado pelo governo federal no ano de 2012 com o propósito de garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade. A proposta de ensino-aprendizagem do referido PNAIC está sistematizada na perspectiva de alfabetizar letrando, essa proposta pretende sanar os índices de fracasso escolar no que se refere a alfabetização.

A pesquisa que aqui apresento é de caráter bibliográfico escolha importante na aquisição de embasamento teórico para que pudéssemos realizar uma análise dos direitos de aprendizagem de leitura do PNAIC. Durante essa investigação realizamos uma pesquisa documental do documentos/cadernos do PNAIC tomando por recorte para análise o eixo leitura.

Realizar essa investigação foi de suma importância para nossa vida profissional enquanto professora da educação básica, e atuante em turmas de alfabetização há oito anos. Essa experiência nos leva a perceber a necessidade de um ensino sistematizado que articule alfabetização e letramento, para que assim haja uma aprendizagem mais significativa da leitura e da escrita na escola.

Para fundamentar as reflexões tomamos como base autores que discute a alfabetização e letramento dentre os quais: Lemle (2009) Tfouni (2010), Soares (2010) Carvalho (2004).

Esse artigo está organizado em três partes: na primeira fizemos uma reflexão sobre o PNAIC, discutindo o que é o referido Pacto e quais orientações para garantir a alfabetização de alunos até os oito anos de idade. Na segunda enfatizamos as perspectivas de alfabetização e letramento no ciclo da alfabetização. Na terceira procedemos a análise dos direitos de aprendizagens de leitura com interface nas perspectivas de alfabetização e letramento. Nas consideramos finais, demonstramos que é perceptível que as ações de aprendizagem apontaram para as práticas sociais de leitura, sendo assim podemos afirmar que sua perspectiva de ensino pressupõe alfabetizar letrando.

2. O Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa: alguns apontamentos

O PNAIC é um programa emergencial lançado pelos governos federais com o propósito de alfabetizar todas as crianças no ciclo de alfabetização até os oito anos de idade. Em âmbito nacional foi aderido por uma boa parte das escolas públicas, do ano de 2012 aos dias atuais, cujo compromisso é:

Articula varias esfera administrativa que se constituiu pelos governos federais, dos estados e municípios objetivando assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, para isso as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafônico, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos. (PNAIC, 2012, p. 8)

A alfabetização está sendo uma das questões que mais precisa de nossa atenção no Brasil. Todos os olhares devem estarem voltados para essa questão social, pois não se sabe o porquê que as escolas pública não tem garantido a alfabetização de alunos oriundos das camadas populares. Assim, a alfabetização das crianças, está sendo, uma das prioridades nacionais no contexto atual.

Nesse contexto, o professor alfabetizador tem o papel de despertar o interesse e o prazer pela leitura, formando assim cidadãos leitores e letrados. Porém, é preciso conhecer quais práticas sociais de leitura e escrita o sujeito faz uso em seus contextos para além da escola, e se ele possui alguns conhecimentos prévios que permeiam suas práticas de

alfabetização e letramento, como: conhece o objetivo do semáforos, as placas de sinalizações, o uso de uma bula de remédio etc.

Porém para exercer a função de professor alfabetizador de forma plena é preciso ter clareza do que se ensina e se como ensina. Para isso, não basta ser um reproduzidor de códigos escritos com objetivo apenas do domínio de um código lingüístico. Assim, é importante ter clareza sobre qual concepção de alfabetização e letramento deve estar subjacente à sua prática.

No PNAIC são desenvolvidas ações que contribuem para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização; para os processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem das crianças; para o planejamento e avaliação das situações didáticas; para o conhecimento e uso dos materiais distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC), voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo de alfabetização. Assim, teremos uma aprendizagem mais significativa, buscando alfabetizar letrando, e garantido o direito que todas as crianças sejam alfabetizadas.

Diante dessa discussão, é preciso dar ênfase ao grande problema que nossa educação está enfrentando que é o índice elevado de crianças não alfabetizadas. Pois, há algum tempo os índices de fracasso escolar na alfabetização estão sendo visíveis e as medidas tomadas no âmbito dos sistemas educacional que são os “programas de alfabetização” têm contribuído pouco para transformar essa realidade.

Hoje é fundamental que a escola garanta a todos os alunos o direito de desenvolver diferentes capacidades, o que, evidentemente, pressupõe aprender a ler e escrever e saber fazer uso dessa escrita na sociedade. A escola não pode contenta-se com o fato de que apenas umas partes dos alunos concluam o 3º ano lendo e escrevendo. Seu desafio é fazer com que todos os alunos adquiram essas habilidades.

A Educação Básica empreende seu trabalho político-pedagógico em busca de garantir o direito à alfabetização de crianças dos seis aos oito anos de idade, pois a linguagem constitui o sujeito na interação social. Para isto, é necessário proporcionar-lhes vivências e experiências de oralidade, leitura e escrita que envolvam seu mundo físico, social, cultural, a partir das quais possam compreender e produzir textos orais e escritos variados e de qualidade, de diferentes gêneros textuais, com diversas finalidades, com vistas à sua participação autônoma em variadas esferas de interação social. (Componente Curricular de Língua portuguesa, 2012, p.36)

Para garantir a alfabetização dos alunos que está inseridos no PNAIC, todo o material está sistematizados em eixos estruturantes, dentre eles: o eixo da oralidade, o da

leitura, o da produção de texto escrito, o da análise lingüística para ser desenvolvidos com os alunos que estão no ciclo de alfabetização.

O eixo da oralidade é uma das formas de o sujeito participar de processos de interação nas situações de comunicação informais ou formais: desde uma conversa entre amigos até uma palestra de um especialista. É uma produção sonora que envolve ainda re-cursos, como gestualidade, movimentos do corpo e mímica, tom e velocidade de voz, dentre outros.
(Componente Curricular de Língua portuguesa, 2012, p.43)

Quando a escola passa a trabalhar com eixo estruturante da oralidade irá desenvolver a participação e interações orais e sócias em salas de aula. No que diz respeito ao eixo da leitura segundo do referido Pacto:

A leitura é uma prática de interação social, é encontro de sujeitos: leitor e autor, mediados pelo texto. É ainda um processo que exige um trabalho de compreensão textual, tendo em vista seus objetivos e seus conhecimentos sobre o assunto e o tema, o autor, a linguagem e a língua, o gênero textual. Neste processo, o leitor coloca em ação estratégias cognitivas de seleção, antecipação, inferência e verificação de informações do texto que lê.
(Componente Curricular de Língua portuguesa, 2012,

p.47)

Este eixo dará ênfase às situações de leitura com os alunos para desenvolver o prazer e gosto pela leitura, para que assim se tornem cidadãos leitores capazes de interpretar o mundo. Pois, os alunos para ser alfabetizados e preciso que sejam motivados, e despertado para esse mundo tão fascinante que é o mundo da leitura, quando a leitura aprendida na escola começa a fazer parte a das praticas sociais de leitura e escrita dos alunos culminará em letramento.

O eixo da produção de texto irá inserir o sujeito no mundo da escrita, como autor da sua palavra, mobiliza um outro tipo de interlocução com outros sujeitos, com outras compreensões sobre a realidade, com uma diversidade de visões de mundo.

(Componente Curricular de Língua portuguesa, 2012, p.50)

Com relação ao eixo da produção textual os alunos serão motivados dentro do ambiente escolar a produzir textos no processo de alfabetização, a partir do momento que a criança é estimulada a escrever, ela é despertada para o mundo da leitura. No que diz respeito ao eixo da análise linguística, no documento do Pacto fica explícito que

O eixo da análise linguística, segundo as orientações do referido pacto, é introduzido desde o primeiro ano do ensino fundamental e está organizado em dois movimentos que se articulam: o primeiro faz uma reflexão sobre aspectos mais gerais do texto, tendo em vista a discursividade, textualidade, normatividade dos textos relacionados às práticas de linguagens, o segundo termo está relacionado ao sistema de escrita alfabética adquirido pelas crianças.

(Componente Curricular de Língua portuguesa, 2012, p.53)

Todos os eixos, apresentados pelo PNAIC, têm como objetivo de desenvolver competências e habilidades de leitura e escrita, buscando introduzir, ampliar e consolidar os conhecimentos necessários aos alunos que estão no ciclo de alfabetização, ou seja o 1º, 2º, 3º ano do ensino fundamental 1, essas ações sistematizadas de aprendizagem *a priori* desenvolverá no aluno uma aprendizagem significativa, pois todos os eixos aqui apresentado está subjacente as praticas sócias de leitura e escrita culminando em alfabetização e letramento.

2.1 Alfabetização e letramento no ciclo da alfabetização.

Há alguns anos a questão da alfabetização é do letramento tem sido debatida e pesquisada para tornar mais eficiente interessante a aprendizagem da leitura, porém nos nossos ambientes escolares esse processo não está acontecendo de forma exitosa, não sabemos de fato onde está o entrave, o fato é que só temos alguns pressupostos que pode ser: Social, político e econômico, social, culpar os pais que não estimulam seus filhos a ler e escrever, político culpar a gestão por não oferecer condições favoráveis de ensino aprendizagem tanto para o professor quanto para o aluno, econômico os pais analfabetos é que

não pode oferecer um ambiente que favoreçam a leitura pode contribuir para não alfabetização de seus filhos.

A alfabetização consiste em conhecimento do código alfabético, relacionado às letras ao seu respectivos sons, um processo difícil pois depende da cognição de cada indivíduo. Acredito que um das grandes problemáticas desse processo é como está se dado o processo de alfabetização nos nossos ambientes escolares, principalmente quando começam a surgir as possíveis complicações e conflitos. No processo de alfabetização

A primeira coisa que a criança precisa saber é o que representam aqueles risquinhos pretos em uma página branca. Esse conhecimento não é tão simples quanto parece a quem incorporou há muitos anos o seu saber. Observe que, para entender que os risquinhos preto no papel são símbolo de som da fala, é necessário compreender o que um símbolo.

(LEMLE, 2009,p.7)

A priori precisa-se entender que o traço ou um risco que a criança faz para representar a palavra tem um significado para ela, com processo de alfabetização esse traço cria vida, ou seja forma o som que irá representar a palavra que fez sentido aquela criança escrever. Daí a necessidade de se ensinar aquilo que faz parte do cotidiano da criança que implica em letramento, apesar do termo letramento ser ainda recente e polêmico.

Ferreiro, nos anos 80, já chamava atenção para essa práticas de ensino, pois ela surge no âmbito mundial para justamente desmistificar os erros crassos do código alfabético. De acordo com *Ferreiro (2002, p.10)* “a escrita pode ser considerada como uma representação da linguagem ou como um código de transcrição gráfica das unidades sonoras, a diferença essencial é a seguinte: no caso da codificação, tanto os elementos como as relações já estão predeterminados”. No caso da criação de uma representação, nem todos os elementos, nem as relações estão determinados.

Já o letramento implica no uso social desse código nas praticas sócias, pois

O letramento por sua vez, focaliza os aspectos sócio-historicos da aquisição da escrita. Entre outros casos, procura estudar e descrever o que ocorre na sociedade quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas “letradas” em sociedades ágrafas.

(TFOUNI, 2010,p.12.)

Como podemos observar, o letramento implica em conhecer o código alfabético e saber fazer uso dele em uma infinidade de ações como: na sociedade nas praticas sociais de leitura.

Dentro essas duas vertentes o PNAIC, enquanto programa de formação de professores, procurar orientar o processo de formação na perspectiva de alfabetizar letrando, e as propostas de aprendizagem do referido Pacto se relacionam com alfabetização e letramento no sentido que ensinar o código alfabético significa também relacionar essa aprendizagem com as praticas sociais. E alfabetizar letrando é fundamental para que haja uma aprendizagem mais

significativa. Segundo Ferreiro (1996, p.24) “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem duvida, em um ambiente social. Mas as praticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças”.

2.2 Direito de aprendizagem interface com alfabetização e letramento

Nos direitos de aprendizagem do PNAIC não basta a criança ser alfabetizada, mas ela tem que ser letrada. Alfabetizar os alunos no ciclo da alfabetização é um direito que cada criança deve ter garantido, mas não basta ensinar um código, é preciso ensinar o que se faz com esse código apreendido por cada criança que é o letramento saber fazer uso dessa leitura e escritas em determinadas situações do cotidiano de cada um.

Os direitos da leitura que o PNAIC defendem é que as situações de leitura com os alunos devem desenvolver a autonomia da leitura para consolidar à compreensão do mundo e às múltiplas possibilidades de interpretá-lo, pois a partir do momento que se ler, fornece ao leitor uma serie de informações despertando para o mundo da leitura, nesse sentido Morais defende que:

Os prazeres da leitura são múltiplos. Lemos para saber, para compreender, para refletir. Lemos pela beleza da linguagem, para nossa emoção, para nossa perturbação. Lemos para compartilhar. Lemos para sonhar e para apreender a sonhar. (1996, p.12)

Os alunos de hoje das camadas populares que frequenta a educação pública só serão leitores se a educação básica oferecer estratégias e possibilidades que desperte para o mundo da leitura. Assim, a escola tem a função de assegurar aos alunos seu direito de aprender a ler, escrever e torna-se letrado. É cabível que os professores tenham assegurado seu direito de aprender a ensiná-los. Mas para isso é preciso criar metodologias de ensino sistematizadas que integre a alfabetização as práticas sociais de leitura. Sendo assim, aquilo que se ensina deve fazer sentido ao sujeito que está no processo de aprendizagem, pois:

A leitura, do ponto de vista da dimensão individual de letramento (a leitura como uma tecnologia), e um conjunto de habilidades linguística e psicológicas, que se estende desde a habilidade de decodificar palavras escritas até a capacidade de compreender textos escritos.

(SOARES, 2010, p.68)

Por essa razão a leitura deve ser vista nos ambientes escolares como palavra chave, pois para alguns alunos o contato com a leitura só acontece quando está na escola. Por isso, o professor, que alfabetiza crianças, deve está atento para desenvolver as habilidades necessárias à leitura, buscando sistematizar o processo de ensino e aprendizagem que integre leitura alfabetização e letramento. Portanto toda a proposta de leitura do PNAIC faz uma mediação entre alfabetizar e letrar, desde o primeiro ciclo de alfabetização todas essas ações apresentada no quadro abaixo devem ser introduzida no 1º ano, aprofundada no 2º ano, e consolidada no 3º ano, com mostra o quadro a seguir:

Leitura	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Ler textos não-verbais, em diferentes suportes.	I/A	A/C	A/C
Ler textos (poemas, canções, tirinhas, textos de tradição oral, dentre outros), com autonomia.	I/A	A/C	C
Compreender textos lidos por outras pessoas, de diferentes gêneros e com diferentes propósitos.	I/A	A/C	A/C
Antecipar sentidos e ativar conhecimentos prévios relativos aos textos a serem lidos pelo professor ou pelas crianças.	I/A	A/C	A/C
Reconhecer finalidades de textos lidos pelo professor ou pelas crianças.	I/A	A/C	A/C
Ler em voz alta, com fluência, em diferentes situações.	I	A	C
Localizar informações explícitas em textos de diferentes gêneros, temáticas, lidos pelo professor ou outro leitor experiente.	I/A	A/C	C
Localizar informações explícitas em textos de diferentes gêneros, temáticas, lidos com autonomia.	I	A/C	A/C
Realizar inferências em textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos pelo professor ou outro leitor experiente.	I/A	A/C	A/C
Realizar inferências em textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos com autonomia.	I	I/A	A/C
Estabelecer relações lógicas entre partes de textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos pelo professor ou outro leitor experiente.	I/A	A/C	A/C
Estabelecer relações lógicas entre partes de textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos com autonomia.	I	A	A/C
Apreender assuntos/temas tratados em textos de diferentes gêneros, lidos pelo professor ou outro leitor experiente.	I/A	A/C	C
Apreender assuntos/temas tratados em textos de diferentes gêneros, lidos com autonomia.	I	A	A/C
Interpretar frases e expressões em textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos pelo professor ou outro leitor experiente.	I/A	A/C	A/C
Interpretar frases e expressões em textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos com autonomia.	I/A	A/C	A/C
Estabelecer relação de intertextualidade entre textos.	I	I/A	C
Relacionar textos verbais e não-verbais, construindo sentidos.	I/A	A/C	A/C
Saber procurar no dicionário os significados das palavras e a aceção mais adequada ao contexto de uso.		I	A

I - Introduzir; A - Aprofundar; C - Consolidar.

(Currículo inclusivo: o direito de ser alfabetizado, 2012, p 31)

Do quadro alguns direitos de aprendizagem estão descritos e são postos como pontos de partida para análise e diálogo neste artigo.

No primeiro direito de aprendizagem ler-se se o aluno “ler textos não-verbais, em diferentes suportes”. O aluno no primeiro ciclo de alfabetização deverá entender que há formas de comunicação tanto escrita como imagem que circula no meio social, a exemplo: como um e-mail e convite, jornal que são escritos, ou imagem contidas nas placas, sinalização e outdoors, e a mensagem que os semáforos passam para motoristas e pedestres que são os textos apenas com imagens, pois podemos produzir textos não-verbais., A escola deve introduzir esses conhecimentos desde o primeiro ciclo de alfabetização para que

as crianças possam ler também textos não-verbais. Assim, a criança deve adquirir essas habilidades no ciclo de alfabetização, diante disso Marlene Carvalho afirma que:

Quando chegam à escola para aprender a ler, os alunos que vivem nas cidades geralmente já viram muitas coisas escritas nos cartazes e nas placas de ruas, nos jornais, nas embalagens de alimentos e de remédios. Provavelmente, sabem que a escrita que dizer alguma coisa, embora não percebam exatamente de que maneira os sinais escritos no papel funcionam para transmitir uma mensagem.

(2004,p.13)

É perceptível que esse conhecimento está articulado com alfabetização e letramento porque o aluno irá fazer uso real desses conhecimento apreendido na escola em seu cotidiano, e nas diversas situações sociais .

No segundo direito de aprendizagem “Ler textos (poemas, canções, tirinhas, textos de tradição oral, dentre outros), com autonomia o aluno deverá ler textos de diferentes gêneros com a mediação do professor. Os textos como poemas e canção facilitam a leitura para aqueles que ainda não se apropriou do código alfabético, por se tratar de textos ritmados. Nesta perspectiva, Carvalho (2004, p.11) defende que “Um bom leitor não se faz por acaso. Muitos são formados na infância, em família que pode lhes oferecer contato com a literatura infantil e em escolas que proporcionam experiências positivas no início da alfabetização”.

A leitura é fundamental na vida do ser humano, esse processo de aprendizado levará o aluno a ser leitor e essa leitura terá contribuições para sociedade, esse aluno poderá ler em eventos sociais como: missas, associações, festas escolares entre outros, Sendo assim, esse processo está subjacente a prática de letramento.

No terceiro direito de aprendizagem “antecipar sentidos e ativar conhecimentos prévios relativos aos textos a serem lidos pelo professor ou pelas crianças”, nessa perspectiva de ensino os alunos devem ser questionador sobre assunto de texto apresentado pelo professor a partir de informações como: título do livro, imagem de uma capa, etc. Ele deverá entender um tema, ou qual historia vai ser lida a partir de um tema.

Levar o aluno a ser questionador é de suma importância, pois a nossa sociedade precisa de sujeitos críticos para que possam ser formadores de opiniões, do ponto de vista social, econômico, e político, quando a escola quando introduz esse conhecimento implicará em vários fatores sendo assim esse processo está articulado com alfabetização e letramento.

No quarto direito de aprendizagem “Reconhecer finalidades de textos lidos pelo professor ou pelas crianças,” nesta perspectiva de ensino os alunos devem ter conhecimento de textos de circulação social como: jornais, letras de músicas, bula de remédios, convite e etc. Ele também deverá entender a finalidade de cada um, no caso da bula serve para informar como deve ser administrado um determinado medicamento, o convite informa dados fundamentais para um convidado chegar a uma festa, o jornal traz informação de notícias ocorridas em um estado, em país ou no mundo, nesta abordagem Carvalho (2004, p.10) defende que: A leitura é mais eficiente quando os leitores conhecem as convenções, e as características, o tipo de estrutura própria do texto cuja leitura vão iniciar.

O processo de aprendizagem abordado neste item pressupõe estimular o aluno desde cedo a fazer uso social da leitura e escrita sendo assim implica em alfabetização e letramento. Pois para circular em uma sociedade com êxito é preciso ter conhecimento da leitura.

No quinto direito de aprendizagem “Ler em voz alta, com fluência, em diferentes situações”, nessa abordagem o aluno é convidado pelo professor a ler textos fazendo leitura fluida –deixando de lado a silabação, um dos textos que favorecem esse processo de aprendizagem são as parlendas, os poemas, letras de músicas e trovinhas. Pois são textos ritmados, favorecendo a leitura espontânea. Assim Carvalho (2004, p 16) afirma a leitura feita em voz alta pela professora é essencial para criar o entendimento, facilitar as trocas entre os alunos e provocar reflexões.

Estimular o aluno a ler em voz alta é de suma importância para sua vida social, pois essa leitura poderá contribuir para sua socialização no meio em esteja inserido ao participando de eventos dentro de sua comunidade, nos festejos culturais, palestras, é uma aprendizagem que reflete na sociedade, por isso podemos afirmar que neste item se fomenta a necessidade de uma aprendizagem que está articulada com o letramento.

No (sexto) e (sétimo) direito de aprendizagem “Localizar informações explícitas em textos de diferentes gêneros, temáticas, lidos com autonomia pelo professor ou outro leitor experiente”, o aluno nesse processo de aprendizagem deverá entender o que está expostos nos gêneros ou temáticas lidas pelo professor ou por qual que outro leitor deverá encontrar as palavras chaves ou qual informação principal um determinado texto aborda, nesta perspectiva Carvalho (2004,p.16) afirma a intimidade com os diferentes tipos de textos, no entanto, nascem da possibilidade concreta de utilizá-los, em diferentes momentos da vida escolar e social.

Quando este conhecimento é introduzido na escola implicará na práticas sociais de leitura, pois o aluno terá facilidade de compreender os anúncios, os planfetos que fazem parte do meio social isso implica em alfabetização e letramento.

No (oitavo) e (nono) direito de aprendizagem “Realizar inferências em textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos com autonomia pelo professor ou outro leitor experiente”, nesta orientação de ensino os textos não devem ser visto pela criança como uma decifração do código alfabético letra, pontuação e marcação. Mas sim como porta de possibilidades para ter conhecimento de mundo. Por essa razão, o professor deve solicitar que os alunos questionem a intenção do autor a partir de informações encontradas pelos próprios alunos .

No (décimo) e)décimo primeiro) direito de aprendizagem “Estabelecer relações lógicas entre partes de textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos com autonomia pelo professor ou outro leitor experiente”. Nesta perspectiva de ensino o professor quando ler um texto ou aborda temas os alunos devera interferir de forma coerente não fugir da realidade do contexto trabalhado.

Nestes itens o aluno é estimulado a ser questionador sobre assuntos abordados nos texto na nossa sociedade a todo tempo somos chamados a interrogar algumas situações esses conhecimento adquirido refletirá na sociedade sendo assim essa prática implica em alfabetização e letramento.

No (décimo segundo)e (décimo terceiro) direito de aprendizagem “Apreender assuntos/temas tratados em textos de diferentes gêneros, lidos com autonomia pelo professor ou outro leitor experiente”, a criança nesse processo de alfabetização deverá conhecer e se apropriar de temas diversificados, em sala de aula o professor compartilhar com os alunos diversidades de textos, no casos dos textos poéticos para que os alunos aprecie obras literárias,também poderá trazer noticias de jornais para que tenha conhecimento de mundo, diante dessa situações de leitura. Carvalho afirma que:

O texto é escrito é para informar, divertir, apresentar uma argumentação, transmitir ordens, vender um produto ou o quê? Quantos mais souber sobre o autor, suas intenções e condições de produção de texto, em que época, em que lugar, e por que foi escrito, mais facilmente o leitor criará expectativa que serão muito úteis para ajuda-los na interpretação. (2004, p.10)

Esta prática de ensino também está articulada com alfabetização por que aborda conhecimento de textos que circulam na sociedade na qual o aluno convive, porém quando se depara com determinado gênero textual na sociedade saberá fazer uso e qual sua finalidade.

No (décimo quarto) e (décimo quinto) direito de aprendizagem “Interpretar frases e expressões em textos de diferentes gêneros e temáticas, lidos com autonomia pelo professor ou outro leitor experiente”. Nesse contexto, o aluno deverá identificar uma afirmação, uma exclamação e interrogação presente em um texto, a partir desse conhecimento o aluno no ciclo da alfabetização deverá identificar o sentido principal em uma frase ou texto.

O aluno que interpreta o texto interpreta o mundo, por isto este conhecimento é tão importante para formação dos nossos alunos, sendo assim essa prática está subjacente ao letramento.

O décimo sexto direito de aprendizagem “estabelecem relação de intertextualidade entre textos” requer um processo de ensino que possibilite pelo aluno a percepção da relação de um texto para outro texto. Isso ocorre quando um texto mantém relações discursivas com outro texto. É a transformação de um texto original por uma réplica, essa prática de escrita acontece muito nas músicas, nos contos. Podemos perceber relações de intertextualidade nos contos os três porquinhos com e os três jacarezinho; chapeuzinho vermelho e chapeuzinho amarelo; nas músicas temos atirei o pau no gato, com não atire o pau no gato. Assim, há uma aproximação de elementos que tem em uma história ou em uma música que também tem na outra. No trabalho com a intertextualidade, o aluno deverá perceber a relação entre textos. Esse processo de aprendizado implica em letramento porque é uma prática que se aprende na escola, mas reflete na sociedade já que os textos e as músicas circulam no meio em que o indivíduo está inserido. ,

No décimo sétimo direito de aprendizagem “Relacionar textos verbais e não-verbais, construindo sentidos”, nessa abordagem de ensino o aluno deverá diferenciar um texto verbal de um texto não verbal (escrito), no caso do jornal, poema, música utiliza-se linguagem verbal, no caso dos livros que só tem imagem, utiliza-se uma linguagem não verbal (imagens), que transmite sentido tão quanto a linguagem verbal e o aluno deverá fazer uso delas desde o primeiro ciclo de alfabetização.

È perceptível que esse conhecimento está articulado com o letramento por que o aluno irá fazer uso real desses conhecimentos apreendido na escola em seu cotidiano, e nas diversas situações sociais .

A escola pode contribuir de muitas maneiras para formar indivíduos não apenas alfabetizados, mais também letrados. Desde a alfabetização, apresenta uma ampla variedades

de textos é favorecer um mergulho no mundo da escrita, com a exploração de mil e uma possibilidades (Carvalho, 2004, p.14)

No décimo oitavo direito de aprendizagem “Saber procurar no dicionário os significados das palavras e a aceção mais adequada ao contexto de uso”, nesse processo de aprendizagem deverá saber fazer uso do dicionário, e deverá usar seu conhecimento vocabular nas práticas sociais de leitura sendo assim podemos afirmar que essa abordagem de ensino leva o aluno a ser alfabetizado e também letrado pois na vida social saberá distinguir uma linguagem formal de uma linguagem culta.

Diante da análise realizada dos itens do eixo leitura é perceptível que as ações de aprendizagem apontam para as práticas sociais de leitura, sendo assim podemos afirmar que sua perspectiva de ensino esta sistematizada em alfabetizar letrando. Para Magda Soares (1998, p.39)

letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e a escrita; é também o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e das práticas sociais.

A criança, antes de chegar à escola, já traz vários saberes construídos em interação com seu meio social. A alfabetização e letramento é o processo que se adquire ao longo do desenvolvimento da criança tanto na escola como nas práticas sociais em que está inserida por essa razão os conhecimentos postos no material do PNAIC para ser desenvolvidos nos alunos dos no Ciclo de Alfabetização, levá-la a construir uma série de conhecimentos que se articula , com sua atuação na vida cidadã e social. Pois, todo conhecimento apreendido na escola que está relacionado com a vida social de um indivíduo podemos afirmar que é letramento.

3. Considerações finais

Este trabalho faz uma análise do documento PNAIC com ênfase no eixo leitura mostramos que os referidos direitos de aprendizagem orientam para uma articulação entre alfabetização e letramento, que está sendo uma das prioridades nacionais no contexto educacional e social, e sobretudo um dos pressupostos do referido pacto é alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade .

Foi possível analisar que todo o processo de aprendizagem da leitura está articulado com letramento, pois a propostas de cada eixo faz uso social de leitura escrita onde sua principal ferramenta são os diversos gêneros textuais de circulação social no caso do jornal, email , receitas, bula de remédios, música etc, que são textos que fazem parte do cotidiano dos alunos pois é notável que o alunos aprende mais facilmente quando o que se aprende está relacionado com algum aspecto de sua experiência cotidiana e social.

Não podemos pensar no processo de alfabetização apenas como uma decifração de códigos, mais como uma porta de possibilidades. Dessa forma, entendemos a aprendizagem da leitura da escrita não deve ser vista do ponto de vista da dicotomia, mas como sinônimos algum que se articula. Diante da análise realizada dos itens do eixo leitura é perceptível que as ações de aprendizagem apontam para as praticas sociais de leitura, sendo assim podemos afirmar que sua perspectiva de ensino esta sistematizada em alfabetizar letrando.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização(1º,2º, e 3º anos) do ensino fundamental**. Brasília Dezembro/ 2012. 36p.

Carvalho,Marlene.**Guia prático do alfabetizador**:São Paulo:Ática,2004,103p.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996. 144p.

Lemle Miriam.**Guia teórico do alfabetizador**:São Paulo:Ática,2009.71 p.

MORAIS, José:**A arte de ler**: UNESP, 1996.328 p.

Pacto Nacional Para a Alfabetização na Idade Certa: Publicação da Portaria 1.458/2012.Disponível(<http://pacto.mec.gov.br/noticias/81-publicacao-da-portaria-1-458-2012>) Acesso em: 11 Maio. 2015.

Soares Magda.**Letramento um tema em três gênero**:Autêntica, 2010.128 p.

Soares Magda.**Alfabetização e letramento**.São Paulo,2013.114p.

Tfouni Leda Verdiani **Letramento e Alfabetização**:São Paulo,2010.103 p.